

PT

PT

PT



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas,
COM(2008) XXX final

DECISÃO DA COMISSÃO

de [...]

que autoriza o Reino Unido a concluir um acordo com o Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey e a Ilha de Man no sentido de que as transferências de fundos entre o Reino Unido e cada um desses territórios sejam tratadas como transferências de fundos no interior do Reino Unido, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1781/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho

(Apenas faz fé o texto em língua inglesa)

DECISÃO DA COMISSÃO

de [...]

que autoriza o Reino Unido a concluir um acordo com o Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey e a Ilha de Man no sentido de que as transferências de fundos entre o Reino Unido e cada um desses territórios sejam tratadas como transferências de fundos no interior do Reino Unido, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1781/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho

(Apenas faz fé o texto em língua inglesa)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1781/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Novembro de 2006, relativo às informações sobre o ordenante que acompanham as transferências de fundos¹ e, nomeadamente, o seu artigo 17.º,

Tendo em conta o pedido apresentado pelo Reino Unido,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 15 de Dezembro de 2006, o Reino Unido solicitou uma derrogação, ao abrigo do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1781/2006, no que respeita às transferências de fundos entre o Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey, a Ilha de Man e o Reino Unido.
- (2) Em conformidade com o n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1781/2006, as transferências de fundos entre o Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey ou a Ilha de Man e o Reino Unido têm vindo a ser provisoriamente tratadas, desde 1 de Janeiro de 2007, como transferências de fundos efectuadas dentro do Reino Unido.
- (3) Durante a reunião do Comité de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo que teve lugar em 18 de Abril de 2008, a Comissão informou os Estados-Membros de que considerava ter recebido todas as informações necessárias para poder apreciar o pedido apresentado pelo Reino Unido.
- (4) O Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey e a Ilha de Man não fazem parte do território da Comunidade, tal como determinado de acordo com o artigo 299.º do Tratado CE, mas estão integrados no espaço monetário do Reino Unido, pelo que cumprem o critério definido no n.º 1, alínea a), do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1781/2006.

¹ JO L 345 de 8.12.2006, p. 1.

- (5) Os prestadores de serviços de pagamento no Bailiado de Jersey, no Bailiado de Guernsey e na Ilha de Man participam directamente em sistemas de pagamentos e liquidação no Reino Unido e irão participar no futuro sistema "*Faster Payments*", pelo que cumprem o critério definido no n.º 1, alínea b), do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1781/2006.
- (6) O Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey e a Ilha de Man integraram nas suas ordens jurídicas respectivas disposições correspondentes às previstas no Regulamento (CE) n.º 1781/2006, nomeadamente através dos actos "*Community Provisions (Wire Transfers) (Jersey) Regulations 2007*", "*Transfers of Funds Ordinances for Guernsey, Sark and Alderney (Bailiwick of Guernsey)*", "*Isle of Man's European Communities (Wire Transfers Regulation) (Application) Order 2007*" e "*Isle of Man's EC Wire Transfer Regulations 2007*".
- (7) Os actos *Money Laundering (Jersey) Order 2008*, complementado pelo *Handbook for the Prevention and Detection of Money Laundering and the Financing of Terrorism, Bailiwick of Guernsey's Criminal Justice (Proceeds of Crime) Regulations 2007*, complementado pelo *Handbook for Financial Services Businesses on Countering Financial Crime and Terrorist Financing*, e *Isle of Man's Criminal Justice (Money Laundering) Code 2007*, complementado pelo *Anti-Money Laundering Guidance Notes Handbook*, respectivamente, contribuíram para a criação de um regime eficaz de prevenção do branqueamento de capitais nessas três jurisdições.
- (8) Os actos *The Terrorism (United Nations Measures) (Channel Islands) Order 2001 (SI 2001 N°3363)* e *The Terrorism (United Nations Measures) (Isle of Man) Order 2001 (SI 2001 N°3364)*, bem como os actos *Al-Qaida and Taliban (United Nations Measures) (Channel Islands) Order 2002 (SI 2002 N°258)* e *Al-Qa'ida and Taliban (United Nations Measures) (Isle of Man) Order 2002 (SI 2002 N°259)*, em combinação com a utilização de uma lista consolidada das entidades que têm de ter os seus activos congelados elaborada pelo Reino Unido e que abrange as entidades que são objecto de sanções financeiras decretadas pelas Nações Unidas, pela União Europeia e pelo Reino Unido, garantem a aplicação de medidas apropriadas no Bailiado de Jersey, no Bailiado de Guernsey e na Ilha de Man para a imposição de sanções financeiras às entidades ou pessoas que constam das listas das Nações Unidas ou da União Europeia.
- (9) Logo, o Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey e a Ilha de Man adoptaram as mesmas regras que são estabelecidas pelo Regulamento (CE) n.º 1781/2006 e impõem a sua aplicação aos prestadores de serviços de pagamento abrangidos pela sua jurisdição, pelo que cumprem o critério definido no n.º 1, alínea c), do artigo 17.º do mesmo regulamento.
- (10) Afigura-se portanto apropriado conceder ao Reino Unido a derrogação que solicita.
- (11) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O Reino Unido fica autorizado a celebrar acordos com o Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey e a Ilha de Man, respectivamente, no sentido de que as transferências de fundos entre o Bailiado de Jersey, o Bailiado de Guernsey ou a Ilha de Man e o Reino Unido sejam tratadas como transferências de fundos efectuadas dentro do Reino Unido, para efeitos do Regulamento (CE) n.º 1781/2006.

Artigo 2.º

O Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte é o destinatário da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em

Pela Comissão

Membro da Comissão